



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLEDADE**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO DE Nº 32/2021  
PARA MODERNIZAÇÃO DA QUADRA DE ESPORTES DO BAIRRO DAS MISSÕES**

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE SOLEDADE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 87.738.530/0001-10, com sede na Avenida Júlio de Castilhos, nº 898, CEP 99300-000, neste ato representado pela Prefeita Municipal, a senhora Marilda Borges Corbelini, residente e domiciliada nesta cidade, de ora em diante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**.

**CONTRATADA:** RSCON ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA. - EPP, cadastrada no CNPJ nº 21.767.419/0001-43, com endereço na Rua Mário Corradi, nº 200, sala 02, bairro São Cristóvão, CEP 99709-345, Erechim, Rio Grande do Sul, por meio de seu representante legal, de ora diante denominado simplesmente de **CONTRATADA**, tendo justo e acertado o presente contrato vinculado ao edital de *Tomada de Preços de nº 01/2021*, resolvem celebrar o presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS LEGAIS DO CONTRATO:**

- 1.1. O presente contrato fundamenta-se:
- I - De acordo com as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993, de 21 de junho de 1993;
  - II - De acordo com as disposições do *Edital de Tomada de Preços de nº 01/2021*;
  - III - Nos preceitos de direito público; e
  - IV - Supletivamente, nos princípios da teoria geral dos contratos e nas disposições do direito privado.
- 1.2. O objeto do presente contrato terá como fiscal o senhor *Giovani Bettio*, Arquiteto, o qual está incumbido da tarefa de fiscalizar a qualidade dos serviços prestados pela empresa contratada, nos termos do artigo 58, inciso III, da Lei de Licitações e Contratos.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E DO VALOR:**

- 2.1. Constitui objeto do presente contrato a modernização da quadra de esportes do Bairro Missões, localizada na Zona Urbana do Município de Soledade/RS, com fornecimento de material e mão de obra, tudo conforme cronograma, memorial descritivo, planilha orçamentária e projetos em anexo.
- 2.2. Pelos serviços contratados será efetuado o pagamento do valor de **RS 241.015,50** (duzentos e quarenta e um mil e quinze reais e cinquenta centavos).
- 2.3. O local para a realização das obras será na Rua Vacari, Bairro Missões, Município de Soledade/RS, CEP 99300-000.
- 2.4. A empresa contratada deverá iniciar as obras imediatamente após o recebimento da ordem de execução de serviços do Ministério a que está vinculado, sendo vedada a prorrogação desse prazo.
- 2.5. Em caso de atraso/não cumprimento do prazo constante acima, a contratada ficará sujeita à aplicação das penalidades previstas no edital de *Tomada de Preços de nº 01/2021* e no presente contrato, bem como rescisão contratual.

AB

V



**SOLEDADE**  
Terra de Gente Preciosa  
GESTÃO 2017-2020





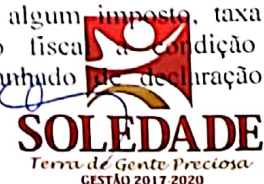
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLEDADE**

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA:**

- 3.1.** O prazo de vigência do contrato será de 10 (dez) meses, ininterruptos para execução e mais 3 (três) meses para trâmites documentais, totalizando 13 (treze) meses, a contar da data de autorização de início de obras.
- 3.2.** É vedada a reprogramação para contratos de Níveis I e IV, que já estejam com Laudo de Análise do Empreendimento (LAE) emitido pela Caixa.
- 3.3.** Ficam vedadas as reformulações dos projetos básicos das obras e serviços de engenharia aprovados pela concedente ou pela mandatária.

**CLÁUSULA QUARTA - DOS PAGAMENTOS:**

- 4.1.** O pagamento será efetuado conforme liberação do Ministério, após liberação do recurso e após o recebimento da Nota Fiscal acompanhada de planilha de medição, aprovado pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato.
- 4.1.1.** As medições serão realizadas conforme estabelecido na orientação técnica emitida pelo Departamento de Apoio Técnico, sendo os pagamentos realizados conforme liberação do Ministério.
- 4.1.2.** A Nota Fiscal de cada medição deverá ser emitida após autorização concedida pelo Ministério, constando junto à mesma a Planilha de medição aprovada pelo órgão fiscalizador do contrato.
- 4.1.3.** As medições serão realizadas em intervalos de 20% (vinte por cento) até a totalização da obra auferida em 100% (cem por cento), sendo os pagamentos realizados conforme liberação do Ministério.
- 4.1.4.** Especialmente no último pagamento, o recurso só será liberado após a apresentação da baixa da CEI da obra.
- 4.2.** Deverão ser apresentadas as Notas Fiscais discriminadas, de acordo com a Nota de Empenho, para que após conferência, atestado e aceite pelo fiscal do contrato, seja creditado em favor da Empresa, por meio de ordem bancária contra qualquer banco indicado na proposta, devendo, para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
- 4.3.** Não serão efetuados pagamentos por meio de títulos de cobrança bancária.
- 4.4.** Quaisquer erros ou omissões havidos na documentação fiscal ou na fatura, serão motivo de correção pela CONTRATADA, e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.
- 4.5.** No momento do pagamento será realizada consulta “on line” para verificação quanto ao cumprimento das obrigações fiscais e trabalhistas correspondentes, ou seja, deverão estar com a validade em dia, as Certidões Negativas de Débitos da União, Estado, Município e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), bem como Certidão Negativa do FGTS.
- 4.6.** Em caso de irregularidade, o MUNICÍPIO notificará a empresa para que sejam sanadas as pendências no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de aplicação das sanções pelo inadimplemento, rescisão do contrato ou a execução da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à administração, além das penalidades já previstas em lei.
- 4.7.** Serão retidas na fonte e recolhidas previamente aos cofres públicos as taxas, impostos e contribuições previstas na legislação pertinente, cujos valores e percentuais respectivos deverão estar discriminados em local próprio do documento fiscal de cobrança.
- 4.8.** No caso de situação de isenção de recolhimento prévio de algum imposto, taxa ou contribuição, deverá ser consignado no corpo do documento fiscal a condição da excepcionalidade, o enquadramento e fundamento legal, acompanhado de declaração de







ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLEDADE**

isenção e responsabilidade fiscal, assinada pelo representante legal da empresa, com fins específicos e para todos os efeitos, de que é inscrita/enquadrada em sistema de apuração e recolhimento de impostos e contribuições diferenciado, e que preenche todos os requisitos para beneficiar-se da condição, nos termos da lei.

4.9. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Contratante em favor da Contratada ou da garantia apresentada. Caso esse valor seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

4.10. Fica desde já reservado ao Contratante o direito de suspender o pagamento, até a regularização da situação, se, no ato da entrega e/ou na aceitação do serviços prestado forem identificadas imperfeições e/ou divergências em relação ao efetivamente contratado.

4.11. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações posteriores, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Os recursos financeiros correrão à conta dos créditos abaixo discriminados: SEC EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO – OBRAS EM ANDAMENTO – 449051910000.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

6.1. Na execução do objeto do presente contrato, obriga-se a Contratada a emendar todo o empenho e a dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados, e ainda a:

I – Responsabilizar-se pela prestação dos serviços objeto deste contrato;

II – Manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;

III – Prestar e executar todos os serviços contratados, de acordo com o Edital de Tomada de Preços de nº 01/2021 e respectivos anexos; e com as normas e condições previstas neste contrato, respondendo civil e criminalmente pelas consequências de sua inobservância total ou parcial;

IV – Responsabilizar-se pelo uso devido de documentos, materiais e equipamentos eventualmente colocados sob sua guarda pela CONTRATANTE;

V – Submeter-se à fiscalização da CONTRATANTE durante toda a vigência do contrato;

VI – Não ceder ou subcontratar, inteira ou parcialmente, os direitos e obrigações deste contrato ou os dele resultantes, sem prévia e formal anuência da CONTRATANTE;

VII – Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez inexistir, no caso, vínculo empregatício deles com o Contratante;

VIII – Apresentar garantia em uma das modalidades previstas no artigo 56, §1º, incisos I, II e III da Lei 8.666/1993, correspondente a 5% (cinco) por cento do valor contratado, a contar da assinatura do presente contrato;

IX – Cumprir as obrigações constantes neste contrato, sem prejuízo das decorrentes das normas, dos anexos e da natureza da atividade;



**SOLEDADE**  
Terra de Gente Preciosa  
GESTÃO 2017 2020





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLEDADE**

X – Responsabilizar-se por toda e qualquer turbaco ocorrida na obra enquanto a mesma não for recebida pelo contratante.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAOES DO CONTRATANTE:**

7.1. O Contratante, durante a vigência deste contrato, compromete-se a:

I - promover os pagamentos dentro do prazo estipulado neste contrato;

II - fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigaoes contratuais.

7.2. O servidor indicado na cláusula primeira, item 1.2, neste ato resta nomeado como fiscal do contrato, sem prejuízo de sua substituiao, a critério da Administraao.

**CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAAO:**

8.1. Todos os serviços a serem prestados, constantes neste contrato, serão fiscalizados pelo Mnicpio, por meio de servidor público designado, doravante denominado Fiscalizaao, que terá autoridade para exercer, em seu nome, toda e qualquer aao de orientaçao geral, controle e fiscalizaao da execuçao contratual.

8.2.  Fiscalizaao compete, entre outras atribuioes:

I - solicitar  Contratada e seus prepostos, ou obter da Administraao, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento deste contrato, e anexar aos autos do processo correspondente cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitaoes de providências;

II - verificar a conformidade da execuçao contratual com as normas especificadas e se os procedimentos e materiais empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;

III - atestar mensalmente a execuçao dos serviços e seu recebimento definitivo;

IV - encaminhar ao Serviço de Orçamento e Pagamento os documentos que relacionem as importâncias relativas a multas aplicadas  Contratada, bem como os referentes a pagamentos.

8.3. A aao da Fiscalizaao não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

**CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES SOBRE A CONTRATADA:**

9.1. No caso de atraso injustificado ou inexecuao total ou parcial do compromisso assumido com o Contratante, as sanoes administrativas aplicadas  Contratada serão:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária de participar de licitaoes e impedimento de contratar com a Administraao;

IV - declaraao de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administraao Pública.

9.2. O atraso injustificado no prazo de atendimento ou no de conclusao dos serviços implicará aplicaçao de multa correspondente a 1% por dia de atraso, calculada sobre o valor total do contrato, até o limite de 30 % desse valor.

9.3. Na hipótese do item anterior, o atraso injustificado por período superior a 30 dias caracterizar o descumprimento total da obrigaao, punível com as sanoes previstas nos incisos III e IV do *caput* desta cláusula.

9.4. As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pelo Contratante, da garantia ofertada ou cobradas diretamente da Contratada, a critério da Administraao.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLEDADE**

judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

9.5. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente e indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa, ficará a critério do Contratante.

9.6. Sempre que não houver prejuízo para o Contratante, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a seu critério.

9.7. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO:** Constituem motivos incondicionados para rescisão do contrato as situações previstas nos arts. 77 e 78, na forma do art.79, inclusive com as consequências do artigo 80 da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA:** No prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da assinatura do presente contrato, a empresa contratada deverá apresentar uma das seguintes garantias:

I – Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definidos pelo Ministério da Fazenda;

II – seguro-garantia;

III – fiança bancária.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

12.1. A Administração do Contratante analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito ou de força maior.

12.2. Para os casos previstos no item 12.1 desta cláusula, o Contratante poderá atribuir a uma comissão, por este designada, a responsabilidade de apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos que se fundamentem naqueles motivos.

12.3. Os agentes públicos responderão, na forma da lei, por prejuízos que, em decorrência de ação ou omissão dolosa ou culposa, causarem à Administração no exercício de atividades específicas do cumprimento deste contrato, inclusive nas análises ou autorizações excepcionais constantes nestas “Disposições Finais”.

12.4. As exceções aqui referenciadas serão sempre tratadas com máxima cautela, senso profissional, senso de responsabilidade e ponderação, para que ato de mera e excepcional concessão do Contratante, cujo objetivo final é o de atender tão somente ao interesse público, não seja interpretado como regra contratual.

12.5. Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução do presente contrato, fica desde já compelida a Contratada a avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração no endereço ou no telefone da firma.

12.6. Quaisquer tolerâncias entre as partes não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste contato, as quais permanecerão íntegras.








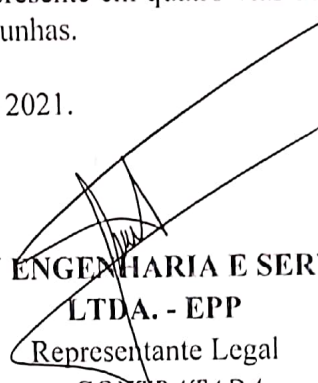
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLEDADE**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO:** Fica eleito o foro da cidade de Soledade, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.


E, por estarem ajustadas e acordadas, as partes assinam o presente em quatro vias de igual teor e forma para um só efeito legal, na presença de duas testemunhas.

Soledade, RS, 11 de março de 2021.

  
**MUNICÍPIO DE SOLEDADE**  
Marilda Borges Corbelini  
Prefeita Municipal  
**CONTRATANTE**

  
**RSCON ENGENHARIA E SERVIÇOS**  
**LTDA. - EPP**  
Representante Legal  
**CONTRATADA**

**Testemunhas:**

  
Giovani Spinelli de Almeida  
Procurador do Município  
OAB/RS nº 103.103A  
OAB/SC nº 41.666

Giovani Bettio  
Arquiteto  
CAU A48403-2

Registrado sob nº Contrato 32  
Soledade, 11 / 03 / 2021



